



Revista Internacional de Folkcomunicação

ISSN: 1807-4960

revistafolkcom@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Prado, Rosana Maria; Portéro, Cristina Schmidt Silva; Franco, Francisco Carlos
Povos tradicionais no material didático "Narrativas Quilombolas: dialogar –conhecer –comunicar"
Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 18, núm. 40, 2020, -Junio, pp. 49-63
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.18.i40.0003>

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631765936005>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Povos tradicionais no material didático “Narrativas Quilombolas: dialogar – conhecer – comunicar”

*Rosana Maria Prado*¹

*Cristina Schmidt Silva Portéro*²

*Francisco Carlos Franco*³

Submetido em: 30/04/2020

Aceito em: 27/05/2020

RESUMO

Compreende-se a importância de se ter um material didático específico para a comunidade quilombola, para que os alunos possam conhecer a cultura de sua comunidade e ter um aprendizado significativo, para os que não pertencem à comunidade tradicional, podem conhecer a forma de vida desse povo e assim, respeitá-lo. O estudo é de natureza descritiva de abordagem qualitativa e objetiva analisar o material didático “Narrativas Quilombolas: dialogar – conhecer – comunicar”, realizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e pelo Núcleo de Inclusão Educacional, reconhecendo-se a importância das narrativas como um instrumento de conhecimento e valorização das tradições, histórias, lutas e resistências dos Quilombos, como recurso didático, permitem a exploração textual, gramatical e sociocultural, propiciando a interdisciplinaridade e interação com os saberes tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Quilombola; Comunidade afro-brasileira; Povos tradicionais.

Traditional people in the teaching material “Quilombola Narratives: dialogue - know - communicate”

ABSTRACT

¹ Mestranda do Programa de Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes, especialista em Gestão da Aprendizagem pela Universidade Braz Cubas. Correio eletrônico: rosanamprado@hotmail.com.

² Pós doutora em Comunicação Regional pela Cátedra UNESCO/Umesp. Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP, Mestre em Comunicação, teoria e ensino - UMESP-SP. Atualmente é professora do Programa de Mestrado em Políticas Públicas na Universidade de Mogi das Cruzes – UMC. Correio eletrônico: crisschmidt@umc.br.

³ Doutor e Mestre em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica - PUC, de São Paulo. Atualmente é professor do Programa de Mestrado em Políticas Públicas e no Curso de Pedagogia na Universidade de Mogi das Cruzes – UMC. Correio eletrônico: franciscocf@umc.br.

The importance of having a specific teaching material for the quilombola community is understood, so that students can learn about the culture of their community and have a meaningful learning, for those who do not belong to the traditional community, they can know the people life style and so respect them. The study is descriptive with a qualitative approach and aims to analyze the teaching material “Quilombolas Narratives: dialogue - know - communicate”, carried out by the São Paulo State Department of Education and by the Educational Inclusion Center, recognizing the importance of narratives as an instrument of knowledge and appreciation of the quilombos traditions, stories, struggles and resistance, as a didactic resource, they allow textual, grammatical and sociocultural exploration, providing interdisciplinarity and interaction with traditional knowledge.

KEY-WORDS

Quilombola; Education; Afro-Brazilian community; Traditional people.

Pueblos tradicionales en el material de enseñanza "Narrativas Quilombolas: dialogar - conocer - comunicar"

RESUMEN

Se comprende la importancia de tener un material didáctico específico para la comunidad quilombola, de modo que los estudiantes puedan aprender sobre la cultura de su pueblo y tener un aprendizaje significativo, para aquellos que no pertenecen a la comunidad tradicional, pueden conocer la forma de vida de esas personas y así respetarlas. El estudio es de naturaleza descriptiva con un enfoque cualitativo y tiene como objetivo analizar el material didáctico “Narrativas de Quilombolas: dialogar - conocer - comunicar”, realizado por el Departamento de Educación del Estado de São Paulo y por el Centro de Inclusión Educativa, reconociendo la importancia de las narrativas como instrumento de conocimiento y apreciación de las tradiciones, historias, luchas y resistencia de los quilombos, como recurso didáctico, permiten la exploración textual, gramatical y sociocultural, proporcionando interdisciplinariedad e interacción con el conocimiento tradicional.

PALABRAS-CLAVE

Educación; Quilombola; Comunidad afrobrasileña; Pueblos tradicionales.

Introdução

Entende-se que desde a colonização do país, temos uma formação muito diversificada na composição étnica, cultural e racial, o que torna desafiador assegurar o direito e a promoção do bem-estar social à população e principalmente às comunidades tradicionais que enfrentam a discriminação e exclusão social, tornando-se muitas vezes invisíveis na sociedade. Essa composição étnica diversificada inicia-se com a chegada dos portugueses num continente

já habitado por um povo, que foram nomeados de índios, composto por várias etnias. Mais tarde, foram trazidos à força, negros de várias aldeias africanas, para trabalhar como escravos para os poucos brancos europeus. Toda essa mistura de raças dá origem a um processo conflituoso de formação do povo brasileiro, em que uma minoria branca passa a dominar grande parte da sociedade, mas que continua a exercer a função de serviços dessa minoria. No livro “O Povo Brasileiro”, o autor Darcy Ribeiro, se refere a um grupo dos entre tantos outros excluídos e marginalizados na sociedade, o povo negro, que construiu a nação e não teve o direito à terra, às escolas para educar seu filhos e a qualquer outro tipo de assistência, recebendo apenas discriminação e repressão. Após a abolição, muitos negros não encontraram trabalho ou lugar para morar e acabaram voltando a trabalhar nas fazendas onde eram escravos, outros foram para os quilombos e muitos foram viver nas cercanias das cidades. No início, os bairros ocupados por escravos libertos eram chamados de bairros africanos, mas no decorrer da história, esses bairros foram ocupados por imigrantes e famílias que migravam da zona rural, ou de outras regiões do país para a cidade, a fim de encontrarem melhores condições de trabalho, esses bairros, sem a mínima infraestrutura, acabaram recebendo o nome de favelas (RIBEIRO, 1995).

Cada grupo trazia consigo seu costume, sua cultura e sua tradição linguística, que foram sendo influenciadas e modificadas entre eles e pelos meios de comunicação presentes na cidade, segundo o autor José Marques de Melo (*apud* SCHMIDT, 2015, p.18), esses grupos urbanos se comunicam de forma rudimentar, com expressões folkcomunicacionais, advinda das tradições étnicas e que se adaptam às expressões da cidade.

Os negros que foram para os quilombos, mantiveram sua tradição, cultura e modo de viver coletivamente específico, mantendo ainda expressões folkcomunicacionais herdadas pela descendência escrava. Luiz Beltrão (2001), criador do conceito de Folkcomunicação, o define como “o conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e de meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (*apud* SCHMIDT, 2018, p.104). Esse conceito está presente no material, através das transcrições das narrativas orais dos quilombolas “que mantém seus saberes advindos de suas tradições” (SCHMIDT, 2012, p.95).

As comunidades quilombolas são chamadas de comunidades tradicionais, de acordo com a cartilha “Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais”, 2012, definem-se por povos e

comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Ressalta-se a importância desses povos, pois promovem para toda a nação a preservação de tradições e memórias, a história e patrimônios materiais e imateriais, as relações com seu território, modo de vida e cultura.

Essas comunidades tradicionais, em suas relações próprias de transmissão do saber e fazer configura-se, no âmbito da Folkcomunicação, como um grupo marginalizado inserido em duas categorias de marginalização: rural e cultural. Luiz Beltrão (1980) considera a marginalização pelo fato desses grupos estarem à margem dos processos hegemônicos de transmissão de informação e conhecimento, o que os faz criarem mecanismos próprios para sua comunicação interna e externa. Em sua relação com a terra, família, trabalho e os modos de viver, se caracterizam no que Beltrão (1980) define como grupo rural marginalizado. Por outro lado, a comunidade quilombola em sua religiosidade, afetividade e ativismos se distinguem enquanto grupo culturalmente marginalizado.

Este artigo tem como objetivo trazer uma análise descritiva do conteúdo do material didático *Narrativas Quilombolas – dialogar – conhecer – comunicar* da rede estadual paulista, elaborado a partir de narrativas de contadores e contadoras quilombolas. Para os professores, esse material é uma ferramenta complementar com recursos didáticos para trabalharem com os alunos quilombolas, e para os alunos, esse material proporciona a integração e apropriação das histórias contadas pelas pessoas mais velhas dos quilombos, não como um conto folclórico, mas como a história de um povo que construiu uma nação e que vive nas comunidades tradicionais, que estão “vivas e potentes”, e merecem ser conhecidas e valorizadas por todos.

A Comunidade Quilombola

De acordo com o Decreto 6.040, de sete de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas

gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º). Portanto, a comunidade quilombola faz parte de um grupo culturalmente diferenciado, cuja ancestralidade negra está relacionada com a resistência à opressão histórica, com a luta pelo direito à terra e preservação de suas tradições culturais.

Os quilombos surgiram na época da escravidão, quando os negros lutavam incessantemente pela liberdade, muitos negros que já conheciam as terras, escapavam dos engenhos e se escondiam em terras desabitadas, próximas a rios e geralmente com difícil acesso, onde se juntavam, formando assim, os quilombos. Muitos quilombos foram formados em diversas regiões, o mais famoso deles é o quilombo de Palmares, esses núcleos de escravos passaram a viver de forma rústica, tendo sua cultura influenciada pela forma indígena nas atividades de subsistência, como o plantio e preparo da mandioca, milho, abóbora e outras plantas, assim como na prática da pesca e caça, também com influências dos Portugueses, seja na forma sociocultural, linguística e até de construção de suas casas. Não houve um resgate da cultura africana de suas origens, mas sim uma nova forma de ser e de viver, influenciada por essa mistura de etnias, ou seja, a origem do povo brasileiro como pode evidenciar na obra de Darcy Ribeiro:

[...]Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos [...] (RIBEIRO, 1995, p. 120).

As relações que as comunidades tradicionais têm com o meio e a terra que ocupam e de onde tiram seu sustento passam a ser muito mais que um espaço, se classifica como territórios. Os territórios tradicionais possuem dimensões simbólicas muitas vezes ultrapassam as demarcações instituídas pelos municípios e estados, podendo ocupar dois ou mais municípios, estados ou países, ultrapassando as fronteiras geopolíticas instituídas. Conforme a cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (CIMOS, 2012), os povos e as comunidades tradicionais, vivem com suas práticas próprias, suas identidades específicas, suas lutas políticas e sociais pela recuperação de seus territórios e manutenção de suas maneiras de vida, lutam também para a efetivação de seus direitos, como o direito à assistência jurídica de forma integral e gratuita e o direito de ser informado e de participar dos processos que lhe cabem; toda atuação de órgãos governamentais e jurídicos, junto às

comunidades e povos tradicionais, devem resguardar a garantia do acesso ao território e aos recursos tradicionalmente utilizados por essa comunidade, para sua reprodução social, cultural, econômica, ancestral e religiosa. Qualquer atuação junto a esses povos, deve se dar de forma intersetorial, envolvendo as diversas ações e programas governamentais ou não, participativa, com o envolvimento direto de seus representantes no planejamento, execução e avaliação, adaptadas às suas realidades. Os quilombolas têm todos os direitos de qualquer cidadão comum e acesso a direitos específicos, voltados às suas necessidades, como consta na Constituição Federal Brasileira, no artigo 215, e no artigo 216, que prevê a proteção do patrimônio cultural material e imaterial, como forma de preservação da memória, da identidade e da expressão individual ou de grupos. A comunidade quilombola também é amparada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCTC), instituído pelo Decreto No 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

A educação escolar e as narrativas quilombolas

O direito à educação está presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, e mesmo existindo muitos desafios para a promoção da educação. Cabem ao governo federal e estadual o estabelecimento de políticas de melhoria e acompanhamento do desenvolvimento do ensino, que precisam ser repensadas e reestabelecidas de acordo com as necessidades que vão surgindo. O direito ao material didático para os alunos das escolas públicas está previsto na Constituição Federal de 1988, e na LDB (Lei nº 9.394/1996), portanto, cabe aos órgãos governamentais disponibilizar esse material às escolas da rede pública. Diante da realidade de que o material didático não atende a todos os alunos de diferentes regiões, devido às características sociais, econômicas e culturais, existe a necessidade de repensar soluções para que os materiais didáticos atendam a todos os alunos, incluindo os que vivem em determinadas comunidades, com suas diferenças, especificidades e características próprias, como as comunidades tradicionais quilombolas.

Por meio de uma demanda das 60 comunidades quilombolas existentes em todo o Estado de São Paulo, nasceu o projeto “Narrativas Quilombolas”, um material de apoio para o currículo do Estado, composto por um livro didático e um caderno de atividades, enviados em formato PDF para as 91 Diretorias de Ensino. O projeto valoriza a cultura das comunidades Quilombolas, ganhando o primeiro registro oficial de suas histórias, lutas e resistência. O

lançamento ocorreu em setembro de 2018, na Escola Estadual Quilombola E. E. Maria Antônia Chules Princesa, pertencente à Diretoria de Ensino de Registro, localizada na comunidade remanescente André Lopes, do município de Eldorado, SP. O projeto foi realizado pela equipe técnica do Núcleo de Inclusão Educacional (NINC), do Centro de Atendimento Especializado (CAESP), da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB). Em 2012, começaram as pesquisas, preparadas dentro das próprias comunidades, com o cuidado de visitá-las, ouvi-las, recontando suas histórias da forma mais legítima possível, para que houvesse a identificação e ligação dos alunos com suas comunidades (São Paulo, 2018).

O material composto por um livro e um caderno de atividades intitulado *Narrativas Quilombolas: dialogar – conhecer – comunicar* foi realizado pelo Núcleo de Inclusão Educacional. Os textos introdutórios às narrativas foram escritos por professores doutores especialistas em História da África e História Afro-brasileira, Acácio Sidinei Almeida Santos e Sérgio Augusto Queiroz Norte e organizado por Renato Ubirajara dos Santos Botão e Silvana Silva, a elaboração das atividades foi realizada pela professora Carmem Lúcia Campos, com experiência na publicação de livros paradidáticos e atividades com base em narrativas. A transcrição das narrativas foi feita por Camila Matheus da Silva e sua editoração por Bóris Fatigatti. O grupo de referência na realização das rodas de conversa nas comunidades foi composto por: Amador José Marcondes Garcia – DE Caraguatatuba; Aparecida de Fátima dos Santos Pereira – DE Registro; Cleonice Maria Vieira – DE Votorantim; Ilza Looze – DE Apiaí; Jefferson Roberto de Castro – DE Apiaí; Maria Helena Zanon Salvador – DE Registro.

Para a produção do material houve a preocupação de integrar os valores tradicionais quilombolas ao sistema moderno de educação, como proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, tendo como um dos princípios que regem suas práticas e ações político pedagógico conforme o artigo 7º, inciso XVII.

Graças a Deus, os nossos alunos hoje já sabem, é, assim, mais ou menos alguma coisa, porque a gente passa, né... mas não que a escola... a tradição mesmo, o que que é comunidade tradicional? Tradicional é passar de um para outro. Então, nossa tradição é essa, continuar passando, senão nossos alunos, nossas crianças esquecem, né (Dona Diva/Pedro Cubas).

O livro: “Narrativas Quilombolas: dialogar – conhecer – comunicar”

O objetivo do livro é oferecer possibilidades para utilizar elementos do patrimônio material e imaterial quilombola em sala de aula. Entendem-se como bens patrimoniais materiais, bens tangíveis, que se apresentam em duas categorias: os bens móveis e os imóveis. Os imóveis são os que têm uma localização fixa, que se torna uma referência na paisagem urbana ou rural em que estão localizados, os bens materiais móveis, não se apresentam como uma referência fixa na paisagem, que são os documentos, fontes de comprovação de fatos, aspectos culturais, obras de arte, pinturas, esculturas, gravuras, como também objetos da vida cotidiana (FRANCO, 2019). Quanto aos bens imateriais, a UNESCO adotou uma convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, como manifestações intangíveis, então compreendidas as tradições orais, as artes, o saber tradicional, práticas sociais e rituais, expressões orais e o conhecimento cultural tendo como meio de transmissão, a oralidade (UNESCO, 2009). E é através dos valores da oralidade que a educação tradicional quilombola se orienta e dá sentido à vida em comunidade. De uma geração a outra, os patrimônios culturais vão sendo transmitidos através de contos, como uma literatura oral, constituída de saberes e tradições, onde é possível desenvolver a memória auditiva e visual, a imaginação, as funções linguísticas, a percepção do meio ambiente social e físico, e a sensibilidade ética, moral e educativa, portanto, o conto é uma ferramenta pedagógica importante para educar o indivíduo e o grupo, independentemente de sua idade, podendo abranger desde a criança em sua tenra idade aos mais velhos (SEESP, 2017).

Embora o livro *Narrativas Quilombolas* não trabalhe propriamente com contos, ele se aproxima desse estilo ao buscar a história de vida de mulheres e homens quilombolas que vivem há mais tempo nessas comunidades remanescentes. São histórias, memórias, coletadas de moradores que evidenciam e revelam tradições, costumes, conflitos, transformações, educação, a relação com a natureza e as relações entre diferentes gerações. São histórias particulares, que vão além de uma simples descrição, elas revelam o saber e o fazer da comunidade, construindo e reconstruindo através de palavras, gestos, danças, músicas e até pelo silêncio, mostrando como os fatos passados podem explicar o presente, são narrativas que interpretam a cultura local num processo de representação coletiva, produzidas por

quilombolas, sobre os quilombolas e para os quilombolas. Podemos observar que todo o texto trata da Folkcomunicação, pois possui raízes folclóricas e expressões próprias do grupo tradicional, “essas expressões sustentam uma inteligência popular para a comunicação interpessoal e intergrupar, para a organização, resistência e ação dos grupos marginalizados” (SCHMIDT, 2012, p.86).

O material oferece a possibilidade de se trabalhar com o patrimônio material e imaterial quilombola em sala de aula, de forma didática e interdisciplinar, em seus diferentes contextos, utilizando as narrativas como um novo instrumento pedagógico e transmitindo cultura, história e tradições dentro de realidades particulares de comunidades tradicionais, a equipe de Educação Escolar Quilombola da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP), visitou as comunidades quilombolas paulistas de André Lopes, Caçandoca, Cafundó, Cangume, Galvão, Ivaporunduva, Nhunguara 1 e 2, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu. O conteúdo foi obtido por meio de entrevistas e diretas e rodas de conversas, abordando tópicos como: Quilombos, comunidades de valores; Memória coletiva; Acervos e repertórios orais; Língua remanescente; Festejos, tradições; Práticas culturais; Tecnologia e formas de produção do trabalho (SEESP, 2017).

O livro aborda a temática dos “Africanos no Brasil”, que começa em Portugal, onde os africanos já eram escravizados para trabalharem na produção do açúcar, antes do século XVII e aborda a comercialização escravista do continente africano. Outros temas abordados são: “A resistência africana e afro-brasileira à escravidão” e “As várias formas de resistência e combate à escravidão” (SEESP, 2017).

O livro possui cinco capítulos:

1) Quilombos, comunidades de valores: “O quilombo, enquanto lugar de habitação é criador de sentidos que afirmam os valores civilizatórios herdados das sociedades africanas e que favorecem a coesão social, a solidariedade e a reciprocidade” (SEESP, 2017), essa citação é o primeiro parágrafo do capítulo, onde se percebe a riqueza de uma comunidade e a importância da memória, dos valores herdados dos ancestrais e que são transferidos através das tradições e das narrativas, onde se aprende escutando, onde se valoriza o ser e não o ter. Os quilombos são espaços vivos, com um jeito de viver próprio, mas que também sofre com as desigualdades sociais, os conflitos de terra, violência e problemas relacionados à globalização.

2) Memória coletiva: “A memória coletiva é uma memória compartilhada por um grupo”, As memórias estão sempre mudando, e quando compartilhadas com aqueles que estão próximos, passa a ser memória coletiva. Após sua definição, foram apresentadas várias narrativas com o tema “conversando sobre a vida de antigamente...” como o trecho a seguir: *“tudo o que fala do passado foi verdade, que muitos jovens hoje não conhece. Agora, se o pai e a mãe não contar pra ele, a pessoa de mais idade, ele acaba não sabendo. E, daqui a pouco, os mais velhos vão se acabando também”* (Sr. João/Sapatu).

3) Práticas culturais: O capítulo se inicia com o Artigo da UNESCO, 2002, abordando a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade. Em seguida, trata sobre o tema das Línguas remanescentes, os dados da UNESCO sobre o Atlas mundial dos 2500 idiomas que estão sob risco de extinção no mundo. O texto mostra o mapa com as famílias de línguas africanas e algumas que vieram para o Brasil, como a *cupópia* falada no quilombo do Cafundó. *“Essa língua veio do nosso avô, que veio direto da África [...] Eles não ensinavam muito pra gente, a gente tinha que aprender no dia a dia, escutando eles conversarem”* (Dona Judite/Cafundó). Os festejos e tradições são bens culturais importantes nos quilombos, porém, a partir de 1990, foi constatado em rodas de conversa nas comunidades, a diminuição do número de participantes nas festas devido ao aumento das igrejas neopentecostais, pois essas festas estão ligadas às festas religiosas católicas e de religiões de matriz africana, tornando-as cada vez mais raras. *“Antes, eu rezava, eu ia a festa, ia a baile, ia a tudo. Mas, aí depois que... há uns doze anos atrás... que eu me converti, que sou evangélica, então eu não faço mais essa festa...”* (Dona Dolores/Caçandoca).

Esse capítulo também aborda as narrativas sobre a alimentação, comidas que faziam parte da infância, pratos típicos para festas, casamentos, alimentos produzidos nos quilombos, a caça e a pesca. A culinária quilombola possui uma base afro-indígena, com muita farinha de mandioca, peixes e plantas cultivadas no local, *“a gente comia mais é feijão e farinha, peixe, pirão de peixe, marisco, saquarítá, pindá, que fala que é ouriço do mar, é isso que a gente comia...”* (Dona Maria da Conceição/Caçandoca).

Devido ao acesso difícil nos quilombos, a falta de postos de saúde próximos e a ausência do poder público nos territórios, torna-se usual o trabalho das parteiras, benzedadeiras e conhecedores de ervas medicinais para tratar as doenças e realizar os partos, porém, a presença da televisão e de médicos nas cidades fazem as pessoas acreditarem que a cura por

meio das ervas e o trabalho das parteiras sejam perigosos, desestimulando os mais jovens a adquirir o conhecimento da cultura da cura. *“Os benzedor, os fazedor de remédio foi chamado de feiticeiro”* (Sr. Ditão/IVaporunduva).

4) Valores civilizatórios: Nas narrativas estão presentes as vivências e os valores civilizatórios, como os valores da ancestralidade, o cooperativismo e a solidariedade. Os laços familiares são muito fortes e não se restringem apenas aos membros da família, estendem-se aos membros da comunidade, pois todos compartilham os mesmos ritos, cultura e trabalho e a luta pela posse da terra. A terra quilombola é historicamente marcada pela luta para a democratização de sua posse, e nesse capítulo é apresentado as leis e instituições que trabalham no reconhecimento e regularização das terras quilombolas, como INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Fundação Palmares e Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo). *“Óia, sobre a luta da terra... a gente até que tem bastante coisa pra falar, sabe, mas a gente cita aí os ponto importante: que a terra é a nossa vida, sem a terra nada posso conseguir”* (Dona Diva/Pedro Cubas).

O capítulo encerra falando sobre algumas organizações quilombolas que trabalham para garantir os direitos dos quilombos como: CONAQ (Coordenação Nacional de Articulações Quilombolas), EACONE (Equipe de Articulação e Assessoria as Comunidades Negras do Vale do Ribeira). Mesmo com as leis assegurando os direitos dos quilombolas em viver em suas terras, eles são muito ameaçados e sofrem com a diminuição de suas terras, sendo forçados a diminuir suas atividades produtivas de consumo, levando-os a trabalhar fora, em outras lavouras, ou buscando alternativas como comercialização de produtos artesanais e turismo étnico.

O caderno de atividades

O caderno de atividades tem como objetivo subsidiar professores e alunos a se aprofundarem na leitura do livro *Narrativas Quilombolas* e como o próprio subtítulo anuncia: *dialogar, conhecer e comunicar*, são os princípios da elaboração das atividades propostas no caderno (SEESP, 2017).

Cabe aos professores, que conhecem o planejamento didático e a realidade dentro e fora da sala, escolher a proposta e a abordagem do conteúdo mais indicada para seu público, visto que, as atividades possuem vários níveis de complexidade, para atender a

heterogeneidade desse público. É importante a escola promover uma integração entre todos, trabalhando a interdisciplinaridade utilizando as variadas fontes de pesquisas e recursos sugeridos e buscando enfatizar o protagonismo juvenil, tanto no ambiente escolar, como nas atividades de campo, incentivando o aluno a explorar seu meio, conhecendo, respeitando e valorizando as tradições de sua comunidade, a fim de “proteger essa herança e engajar na luta de reconhecimento público e oficial” (SEESP, 2017).

O caderno propõe instruções e reflexões durante a leitura das narrativas e quadros explicativos que abordam referências culturais, leis, conceitos presentes no livro e sugestões diferenciadas para explorar as narrativas em diferentes aspectos como: língua falada x língua escrita; noções temporais, integrando com as áreas de Geografia, História, Artes; noções espaciais e atividades lógico-matemáticas. As perspectivas didáticas das narrativas contribuem para dar sentido à aprendizagem de certas disciplinas, como estabelecido na Resolução CNE/CEB n. 08/2012 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Há sugestões de atividades para escolas quilombolas e para escolas que não fazem parte dessa comunidade, o que torna o material rico e acessível para alunos das comunidades tradicionais e para os que não são, além de ser de extrema importância para a sociedade, pois passam a conhecer os povos tradicionais e sua forma de viver, lembrando que só respeitamos e valorizamos o que conhecemos.

Considerações finais

O material analisado, *Narrativas Quilombolas: dialogar – conhecer – comunicar*, é o primeiro registro oficial das histórias, lutas e resistência das comunidades quilombolas, traz em seu título ações fundamentais para a produção dessa obra: dialogar, conhecer e comunicar. O *dialogar*, ação realizada em inúmeras entrevistas e rodas de conversa, onde as narrativas de memórias das pessoas mais velhas foram transcritas, proporcionando um material sob o olhar dos quilombolas, que nos leva a *conhecer* um modo de vida característico de uma comunidade tradicional, que desde sua origem tem sido marginalizada. As memórias narradas trazem histórias de vida, que evidenciam o saber e o fazer de uma “comunidade comunitária”, repleta de tradições, culturas, expressões folkcomunicacionais, a relação amistosa com os recursos da terra e a conflituosa luta para permanecer na terra. O *comunicar*, pode-se dizer que é o produto desse material, que transmite um vasto e rico conhecimento

histórico, cultural e linguístico de comunidades remanescentes, que embora venham sofrendo transformações e constantes ameaças, ainda conservam tradições folclóricas, valores civilizatórios, herdados de seus ancestrais africanos, características da comunicação Folk.

É difícil ler as narrativas sem se envolver com esse povo marginalizado. São histórias dentro de um contexto muito maior: a formação de uma nação. Os textos presentes no livro relatam a trajetória histórica dos africanos, da partida involuntária da África à vida sofrida nas terras do Brasil, da resistência à escravidão, em suas várias formas e combate, do surgimento dos primeiros quilombos e todo o processo abolicionista. O livro apresenta a definição de quilombos como comunidades de valores, bem com, ilustra um mapa das comunidades remanescentes de quilombos no Estado de São Paulo, abordando a questão das lutas para a regularização e reconhecimento de suas terras e as instituições que trabalham para esse fim.

Para os alunos do Ensino Fundamental II e Médio das escolas de comunidades quilombolas, “Narrativas Quilombolas” nasce por meio da demanda dessas comunidades, pois os materiais disponibilizados pela Secretaria da Educação não atendem às particularidades de alunos que vivem em diferentes regiões, ou pertencentes às comunidades remanescentes ou indígenas. Portanto, o material analisado nesse artigo, vem de encontro ao proposto pelas Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Quilombola, dando o direito aos alunos, professores e comunidades pertencentes a esse grupo, de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção, a fim de contribuir para o reconhecimento, valorização e continuidade da comunidade quilombola. O material oferece elementos do patrimônio material e imaterial quilombola através da oralidade e da narrativa de memórias, sendo um rico instrumento didático para o trabalho da interdisciplinaridade, explorando todos os campos das áreas de conhecimento em seus diferentes contextos, além de trazer para a aula o conhecimento prévio e a experiência de vida do aluno, resultando num aprendizado significativo, contextualizado à sua realidade.

Para os alunos que não pertencem às comunidades quilombolas, a utilização do material é uma oportunidade para mergulhar em um capítulo da História de formação do país, de conhecer um povo tradicional que resiste ao mundo globalizado, que luta pelo direito de viver em suas terras, direito à igualdade, à valorização e reconhecimento de sua cultura, é descobrir outras maneiras de se viver, que embora sejam na simplicidade, são ricas nos valores e no respeito pela terra que os abrigam. Enfim, quanto mais se compreende e se

conhece a importância civilizatória de comunidades remanescentes quilombolas, mais se aprende a respeitá-las.

As atividades propostas possuem vários níveis de complexidade, para atender a todas as séries do ensino, cabendo ao professor escolher a melhor abordagem do conteúdo para trabalhar com seu aluno. O material é rico, bem elaborado, ilustrado com belas fotografias, entretanto, não houve sua impressão, ele foi disponibilizado em arquivo PDF e enviado para as 91 Diretorias de Ensino do Estado de São Paulo. Sabemos dos desafios que as escolas públicas vêm enfrentando, entre eles, a falta de recursos, impossibilitando a impressão do material, dificultando assim, a sua utilização e propagação.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BRASIL. Atividade Legislativa. Constituição Federal Brasileira, Artigo 215. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_215_.asp>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Atividade Legislativa. Constituição Federal Brasileira, Artigo 216. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_216_.asp>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCTC), Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2012.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, Patrimônio e Cultura Local: concepções e perspectivas pedagógicas**. Curitiba: CRV, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 8/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 26. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB n. 08/2012 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Constituição Federal Da República Federativa do Brasil.** Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Schwarcz, p. 120; 222, 1995.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto “Narrativas Quilombolas” valoriza a cultura desta comunidade.** Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/projeto-narrativas-quilombolas-resgata-luta-e-necessidade-de-reconhecimento-desta-populacao/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Núcleo de Inclusão Educacional.** Narrativas Quilombolas: dialogar – conhecer – comunicar. São Paulo, SE, 2017.

SCHMIDT, Cristina. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados.** In: José Marques de Melo (Org.). *Fortuna Crítica de Luiz Beltrão*, Dicionário Bibliográfico. 1ed. São Paulo: Intercom, 2012, v. 1, p. 85-96.

SCHMIDT, Cristina. **O centenário de Luiz Beltrão e o acervo da Folkcomunicação.** RIF, Ponta Grossa/ PR Volume 16, Número 37, p.101-138, Julho/Dezembro 2018.

SCHMIDT, Cristina; VALENTE, Heloisa; PRADOS, Rosália. **Mídia e Políticas Culturais.** São Paulo: Ícone Editora, 2015.

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural.** 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

UNESCO. Relatório **Mundial da UNESCO Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural.** 2009.